



RELATO DE EXPERIÊNCIA: A FUNÇÃO DO SILÊNCIO DENTRO DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

João Victor De Assis

Bacharel em Psicologia 9º semestre – joavovassis@outlook.com.br

Julia Vilela Silva

Bacharel em Psicologia 9º semestre – juliavilela26@outlook.com

Nicole Carla Lucas Godinho

Bacharel em Psicologia 9º semestre – nicolecarlajb@gmail.com

Juliana Batista Fitaroni

Docente do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG
Responsável Técnica da Clínica-Escola de Psicologia do UNIVAG – Campus Cuiabá
juliana.fitaron@univag.edu.br

Msc. Guilherme Duarte

Docente do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG
Supervisor de Estágio Supervisionado Específico I: Políticas de Saúde de Psicologia
do UNIVAG – Campus Cuiabá
guilherme.silva@univag.edu.br

O presente relato de experiência resulta da prática de estágio em Psicologia, realizada no contexto da clínica-escola e orientada pelos princípios da Análise do Comportamento. A reflexão proposta tem como foco a função do silêncio na relação terapêutica, compreendido não como ausência de resposta verbal, mas como comportamento dotado de função e significado no contexto das contingências que compõem a interação clínica.

Sob a perspectiva analítico-comportamental, o silêncio pode ser analisado como uma resposta do organismo às condições do ambiente terapêutico, sendo suscetível a reforçamento, extinção ou esquiva, conforme sua função e as contingências envolvidas. A análise funcional desse fenômeno possibilita compreender de que modo o silêncio contribui para a manutenção, modificação ou interrupção do comportamento verbal do cliente e do terapeuta, constituindo-se em elemento relevante para a efetividade do processo de intervenção.

Nesse sentido, destaca-se que a Psicoterapia Analítico-Comportamental, ao enfatizar a observação e a intervenção sobre os comportamentos clinicamente relevantes, requer do terapeuta a identificação e o manejo técnico de eventos que emergem na sessão, como o silêncio, enquanto parte integrante da relação terapêutica. Tal compreensão está em consonância com a proposição de que o analista do comportamento deve responder de modo contingente aos comportamentos observados em sessão, a fim de promover mudança comportamental funcional e contextualizada (Follette; Bonow, 2009).

A inserção no campo da clínica-escola marca a transição do conhecimento teórico para a prática viva e complexa da Psicologia. É o momento em que os conceitos estudados encontram a imprevisibilidade da interação humana. Nos primeiros atendimentos, a orientação da supervisão foi enfática: a importância de não preencher o silêncio do cliente de forma automática. Esta diretriz, inicialmente, soou como uma técnica a ser aplicada, mas rapidamente se revelou um convite à introspecção e à observação aguçada. A ausência de fala do cliente deixou de ser percebida como um vazio desconfortável a ser preenchido e

passou a ser tratada como uma resposta que carregava consigo uma história e um propósito, exigindo uma leitura cuidadosa do contexto.

A primeira experiência com o silêncio em sessão foi, para o estagiário, um momento de intensa ansiedade. O impulso de intervir, de formular uma nova pergunta ou de oferecer um comentário, era quase irresistível. Esse impulso refletia o desconforto pessoal com a pausa e a sensação de responsabilidade por manter o fluxo da conversa. No entanto, a reflexão sobre a prática, orientada pela abordagem analítico-comportamental, permitiu uma mudança de perspectiva. O silêncio, que antes gerava desconforto, passou a ser encarado como um comportamento que precisava ser compreendido em sua relação com o que o precedia e o que vinha depois, uma abordagem que está na base da atuação clínica (Passos, 2003). A experiência prática permitiu ao estagiário identificar que o silêncio podia ter diferentes “motivações”. Em alguns momentos, ele parecia ser uma forma de o cliente evitar tocar em um assunto doloroso ou confrontar uma ideia difícil que havia sido discutida. Nesses casos, a pausa na fala funcionava como um alívio, uma maneira de se afastar de algo que era desconfortável. Essa leitura do silêncio como uma forma de evitação ou fuga está em consonância com a compreensão de que mesmo a ausência de resposta pode ser controlada por suas consequências (Skinner, 1957). Em outros momentos, mais produtivos e construtivos, o silêncio era claramente um tempo de reflexão interna, um espaço onde o cliente estava organizando seus pensamentos, revivendo sentimentos ou formulando uma nova maneira de expressar sua experiência. Nesses instantes, o silêncio era seguido por um relato mais claro, mais profundo ou por uma nova percepção sobre si mesmo, caracterizando o silêncio como um momento de elaboração encoberta (De Rose, 1999).

O processo de reflexão compartilhada com os colegas estagiários, durante as reuniões de supervisão em grupo, foi um ponto crucial para a consolidação dessa compreensão. Cada estagiário trazia para o grupo as suas vivências, descrevendo as situações em que o silêncio emergiu em seus atendimentos. A comparação dos relatos revelou uma notável diversidade de funções para o silêncio. Enquanto alguns colegas descreviam o silêncio como um obstáculo, um sinal de que a sessão estava “travada”, gerando neles a mesma ansiedade e a tendência a intervir apressadamente, outros já conseguiam perceber a pausa como um convite à espera e à observação.

Essa troca de experiências reforçou a ideia de que o silêncio não é um evento isolado, mas sim um elemento que adquire seu significado a partir do contexto em que ocorre. O silêncio que em um cliente servia para evitar a conversa, em outro, sob circunstâncias diferentes, podia servir como um tempo de elaboração que era recompensado pela subsequente clareza na fala. Essa constatação, oriunda da prática e da discussão em grupo, solidificou a importância de uma postura investigativa e atenta no setting terapêutico.

A função do silêncio na prática clínica é multifacetada e requer constante análise funcional de seu papel no contexto terapêutico. Sob a ótica da Análise do Comportamento, o silêncio pode ser compreendido como um comportamento do terapeuta que, ao suspender a resposta verbal, modifica as contingências da interação e favorece a emissão de novos comportamentos do cliente. Assim, o silêncio torna-se um estímulo discriminativo que sinaliza a disponibilidade de espaço para reflexão e auto-observação, promovendo maior contato do cliente com seus próprios eventos privados e com as variáveis que controlam seu comportamento verbal. De acordo com Kohlenberg e Tsai (1991), na Psicoterapia Analítico-Funcional, o comportamento do terapeuta — inclusive o não verbal — atua como parte essencial das contingências que produzem mudança clínica, o que inclui momentos de silêncio planejado como intervenção funcional.

A intervenção eficaz, nesse sentido, não se concentra em eliminar o silêncio, mas em transformar o seu propósito. O estagiário aprendeu a utilizar o silêncio como um tema de análise, nomeando-o e investigando o que ele estava permitindo ou impedindo. Perguntas como “O que esta pausa está lhe dizendo agora?” ou “O que acontece quando você fica em



silêncio neste momento?” ajudam a trazer a experiência para o campo da reflexão, transformando o silêncio de um potencial mecanismo de evitação em um recurso valioso para o autoconhecimento e a mudança.

Em considerações finais, a vivência nos primeiros atendimentos de estágio, aliada à reflexão teórica e à troca constante com os colegas, solidificou a compreensão do silêncio como um evento complexo e funcionalmente determinado pelo contexto. A abordagem analítico-comportamental oferece a estrutura necessária para que o estagiário transcenda a visão simplista da ausência de fala, utilizando o silêncio como um elemento ativo e significativo no processo terapêutico. A capacidade de ler e manejar a função do silêncio é uma competência fundamental adquirida neste estágio, demonstrando a importância da experiência prática supervisionada para a formação do psicólogo.

Palavras chaves: Silêncio. Análise do comportamento. Supervisão em Psicologia.

REFERÊNCIAS

DE ROSE, J. C. C. **Comportamentos encobertos: conceito que fundamenta a interpretação do silêncio como auto-observação**, 1999.

FOLLETTE, W. C.; BONOW, J. T. **The challenge of understanding process in clinical behavior analysis: the case of functional analytic psychotherapy**. *Behavior Analyst*, v. 32, n. 1, p. 135-148, 2009. Disponível em:

<https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC2686982/>. Acesso em: 27 out. 2025.

KOHLBERG, R. J.; TSAI, M. **Functional Analytic Psychotherapy: Creating Intense and Curative Therapeutic Relationships**. New York: Plenum Press, 1991.

PASSOS, M. L. R. **A análise funcional do comportamento verbal em psicoterapia**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 19, n. 2, p. 163-172, 2003.

SKINNER, B. F. **Verbal behavior**. New York: Appleton-Century-Crofts, 1957.